

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Alagoas

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2019 e de 2018

Valores em R\$ (reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.696.852	4.922.258
Créditos e valores a receber	4	16.524	17.308
Despesas pagas antecipadamente	5	12.416	18.606
Total do ativo circulante		<u>6.725.792</u>	<u>4.958.172</u>
Ativo não circulante			
Imobilizado	6	296.133	329.352
Total do ativo não circulante		<u>296.133</u>	<u>329.352</u>
Total do ativo		<u>7.021.925</u>	<u>5.287.524</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Alagoas

Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2019 e de 2018

Valores em R\$ (reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Passivo circulante			
Contas a pagar	7	92.340	32.910
Salários, encargos sociais e imposto a pagar	8	37.764	30.703
Provisões trabalhistas e encargos previdenciários	9	113.534	46.181
Total do passivo circulante		----- 243.638	----- 109.794
Patrimônio líquido			
Patrimônio Social	10	----- 6.778.288	----- 5.177.730
		----- 6.778.288	----- 5.177.730
		----- -	----- -
Total do passivo e patrimônio líquido		----- 7.021.925	----- 5.287.524

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Alagoas
Demonstração do resultado para os exercícios findos em
30 de setembro de 2019 e de 2018

Valores em R\$ (reais)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita operacional líquida	11	4.325.435	5.572.859
(Despesas)/receitas operacionais			
Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais	12	(712.654)	(845.477)
Despesas administrativas	13	(594.583)	(1.114.857)
Despesas institucionais	14	(183.204)	(227.330)
Despesas com serviços de terceiros	15	(1.312.572)	(1.885.140)
Despesas tributárias	-	(26.366)	(38.300)
Despesas com depreciações	6	(63.431)	(79.137)
Outras despesas operacionais	-	(444)	(2.010)
		<u>(2.897.255)</u>	<u>(4.192.251)</u>
Superávit operacional antes do resultado financeiro		<u>1.428.180</u>	<u>1.380.609</u>
Resultado financeiro líquido	16	172.378	170.293
Superávit líquido do exercício		<u>1.600.558</u>	<u>1.550.902</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Alagoas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018

Valores em R\$ (reais)

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldos acumulados em 31 de dezembro de 2017	1.619.466		1.619.466
Superávit do exercício	-	3.558.263	3.558.263
Transferência do superávit para patrimônio social	3.558.263	(3.558.263)	
Saldos acumulados em 31 de dezembro de 2018	5.177.730		5.177.730
Superávit do exercício		1.600.558	1.600.558
Transferência do superávit para patrimônio social	1.600.558	(1.600.558)	-
Saldos acumulados em 30 de junho de 2019	<u>6.778.288</u>		<u>6.778.288</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Alagoas

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018

	Valores em R\$ (reais)	
	2019	2018
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Superávit líquido do exercício	1.600.508	1.550.902
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com recursos provenientes das atividades operacionais		
Depreciação	62.754	79.233
Baixas de valor residual do ativo imobilizado	444	2.010
	1.663.706	1.631.145
(Aumento)/Redução nos ativos		
Créditos e valores a receber	783	(15.844)
Outros ativos	6.189	2.433
	6.972	(18.277)
Aumento/Redução nos passivos		
Contas a pagar	59.430	12.737
Salários, encargos sociais e imposto a pagar	7.061	12.421
Provisões trabalhistas e encargos previdenciários	67.353	(1.580)
	133.844	23.578
Recursos líquidos (aplicados)/gerados nas atividades operacionais	1.804.573	1.636.447
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de investimento		
Adições do ativo imobilizado	(29.979)	(66.571)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimento	(29.979)	(66.571)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	1.774.594	1.569.876
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	4.922.258	3.352.382
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	6.696.852	4.922.258
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	1.774.594	1.569.876

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma).

1. Contexto operacional

Em 03 de setembro de 1998, a Medida Provisória nº 1.715/1998 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). O Decreto nº 3.017/1999, de 06 de abril do ano seguinte, complementou o ato inaugural e instituiu os regulamentos e demais dispositivos que lhe balizam a atuação.

O Sescoop integra o Sistema Cooperativista Brasileiro e fornece-lhe suporte em formação profissional – técnica e gerencial – e na promoção social dos cooperados, empregados e familiares, além de apoiar diretamente a operação das cooperativas.

Formalmente, é entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob o estatuto de serviço social autônomo.

Seus recursos são de natureza fiscal: originam-se das cooperativas, que contribuem com um percentual de 2,5% sobre as folhas de pagamento, conforme preceitua o Artigo 12. do Decreto-lei nº 3.017 de abril de 1999:

“A distribuição e forma de utilização dos recursos aludidos neste capítulo serão definidos no Regimento Interno.”

As responsabilidades sociais do Sescoop de Alagoas evidenciam-se, particularmente, na ênfase conferida às atividades capazes de produzir efeitos socioeconômicos condizentes com os objetivos do Sistema Cooperativista.

O Sistema Sescoop opera em todo o território brasileiro. Compõe-se de uma unidade nacional – o Sescoop NA, com sede em Brasília – e de 27 unidades estaduais que atuam nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal. Conta, em função dessa estrutura, com grande capilaridade, o que entre outras vantagens confere-lhe flexibilidade ímpar no atendimento às cooperativas.

O Sescoop está sujeito, ainda, à auditoria externa e tem sua execução orçamentária sob o crivo do Tribunal de Contas da União, o qual tem poderes para efetuar fiscalizações contábil e financeira, além de inspeções e auditorias operacionais e patrimoniais, nos termos dos Artigos 70. e 71. da Carta Magna e Artigos 1º e 5º da Lei nº 8.443/1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), bem como enviar à Controladoria Geral da União, conforme preceitua a Lei nº 11.768, de agosto de 2008, do Artigo 6º, § 3º:

“As entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo, destinatárias de contribuições dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, deverão divulgar, pela internet, dados e informações acerca dos valores recebidos à conta das contribuições, bem como das aplicações efetuadas, discriminadas por finalidade e região.”

A administração da entidade, baseada no posicionamento técnico de seus assessores jurídicos, entende que é uma Entidade isenta conforme previsto pela Lei 9.532/1997. De acordo com o inciso I do Artigo 12. do Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, estando isento também da contribuição social.

As operações dos Sescoops estaduais são substancialmente mantidas por meio de recebimentos do repasse de recursos efetuados pelo Sescoop Nacional. Havendo déficit apurado no exercício, este será absorvido pelo patrimônio social (superávit acumulado).

A entidade não tem outros resultados abrangentes além do resultado do exercício.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Entidade no dia 24 de janeiro de 2019.

2. Preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de apresentação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à pequenas e médias empresas e entidades sem finalidade de lucros, as quais abrangem os pronunciamentos NBC TG 1000 e ITG 2002 emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis

2.2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações do Sescop de Alagoas, especificamente as suas despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de contribuições destinadas ao Sescop de Alagoas são reconhecidas contabilmente quando da sua origem, a qual se dá através dos efetivos repasses recebidos.

2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.2.3. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, incluindo ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos, quando necessário, para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a Nota Explicativa nº 7.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação, ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.4. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A Administração revisa anualmente o valor estimado de realização dos ativos, e taxa de amortização, levando em consideração sua vida útil. A amortização dos bens é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 8.

2.2.5. Recuperabilidade de ativos (Impairment)

O Sescop de Alagoas avaliou no encerramento do exercício social se existiram evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirmasse a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta pudesse ser estimada de maneira confiável, o Sescop de Alagoas reconheceria no resultado a perda por impairment.

2.2.6. Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário das atividades operacionais. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor pactuado em contrato, documento similar hábil ou documento fiscal legal, os quais propiciem ao Sescop de Alagoas bases confiáveis de mensuração de valor e realização do fato gerador objeto de registro por competência. Na prática, são, normalmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.2.7. Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

2.2.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor do Sescop de Alagoas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo foi reconhecido no balanço patrimonial quando o Sescop de Alagoas possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.9. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.

2.2.10 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis da entidade é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção da vida útil de bens do imobilizado, dos ativos intangíveis, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao próprio processo de estimativa.

A Administração da entidade monitora e revisa estas estimativas e suas premissas em bases anuais.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável estimado, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

b) Provisões para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

(ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.4. Gestão de riscos

a) Gestão de risco financeiro

A gestão de risco da entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela administração e estrutura corporativa da entidade, assim composta:

- Superintendência administrativa: órgão de gestão administrativa da entidade;
- Conselho fiscal: órgão de assessoramento do conselho deliberativo, para assuntos de gestão patrimonial e financeira;
- Conselho de administração: órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da entidade.

A entidade restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com taxas compatíveis de mercado.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	30/09/2019	31/12/2018
Bancos	-	2.026
Aplicações financeiras	6.696.172	4.920.232
Total	6.696.172	4.922.258

3.1. Aplicações financeiras

Instituições financeiras	Modalidade	30/09/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras	Fundos de Investimento	6.696.172	4.920.232
Total		6.696.172	4.920.232

4. Créditos e valores a receber

Descrição	30/09/2019	31/12/2018
Adiantamentos a empregados	16.456	16.840
Outros créditos	68	468
Total	16.524	17.308

5. Despesas pagas antecipadamente

Descrição	30/09/2019	31/12/2018
Seguros a Apropriar	2.016	6.904
Vale alimentação a Apropriar	10.400	11.702
Vale transporte a apropriar	-	-
Total	12.416	18.606

6. Imobilizado

Descrição	% – Taxas anuais de depreciação	30/09/2019			31/12/2018
		Custo	Depreciado	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10%	43.294	(25.130)	18.164	18.381
Veículos	25%	257.079	(102.144)	154.935	193.496
Máquinas e equipamentos	10%	59.516	(18.948)	40.568	22.544
Equipamentos de informática	20%	142.630	(76.793)	65.837	76.551
Equipamentos de comunicação	10%	14.914	(5.093)	9.821	10.893
Outros bens – móveis	10%	9.036	(2.227)	6.809	7.487
Total do imobilizado		526.469	(230.335)	296.134	329.352

Destacamos a seguir a movimentação do ativo imobilizado em 30 de setembro de 2019:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2018	Adição	Baixa	Depreciação	Baixa de depreciação	Saldo líquido em 30/09/2019
Móveis e utensílios	18.381	1.780	-	(1.997)	-	18.164
Veículos	193.496	-	-	(38.562)	-	154.935
Máquinas e equipamentos	22.544	21.632	-	(3.608)	-	40.568
Equipamentos de informática	76.551	7.245	444	(17.514)	-	65.837
Equipamentos de comunicação	10.893	-	-	(1.072)	-	9.821
Outros bens móveis	7.487	-	-	(678)	-	6.809
Total	329.352	30.657	(444)	(63.432)	-	296.134

S

Os ativos encontram-se registrados pelo custo de aquisição e vem sendo depreciados de acordo com a vida útil definida em laudo baseado em estudo realizado internamente para levantamento da expectativa do período de retorno econômico do bem em conformidade com o pronunciamento CPC PME.

7. Contas a pagar

São obrigações componentes dos compromissos assumidos por conta das aquisições de bens e serviços para manutenção das atividades-fim e meio do SESCOOP AL com vencimento médio de 30 dias, cuja posição, nos exercícios findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018, está descrita a seguir:

Descrição	30/09/2019	31/12/2018
Fornecedores – pessoa jurídica	82.041	18.171
Fornecedores – pessoa física	10.299	14.739
Deposito em c/c sem identificação (a)	-	-
Aluguel	-	-
Total	92.340	32.910

8. Salários, encargos sociais e impostos a pagar

Os valores desse grupo de contas representam as obrigações decorrentes da folha de pagamento dos funcionários e demais pessoas jurídicas e físicas prestadoras de serviços.

Descrição	30/09/2019	31/12/2018
Encargos, consignações e impostos sobre folha de pagamento (a)	15.843	19.648
Impostos retidos de terceiros	6.521	11.055
	22.364	30.703

- (a) O saldo refere-se aos encargos previdenciários e tributos incidentes e/ou retidos sobre a folha de pagamento

9. Provisões trabalhistas e encargos previdenciários

Descrição	30/09/2019	31/12/2018
Provisão de Férias	56.662	34.801
Provisão de INSS sobre férias	13.429	8.248
Provisão de FGTS sobre férias	4.533	2.784
Provisão de PIS sobre férias	687	348
Provisão de 13º salário	28.737	-
Provisão de INSS sobre 13º salário	6.767	-
Provisão de FGTS sobre 13º salário	2.418	-
Provisão de PIS sobre 13º salário	302	-
Total	113.534	46.181

10. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto substancialmente de superávits acumulados.

Descrição	30/09/2019	31/12/2018
Patrimônio social	5.177.730	3.626.828
Total	5.177.730	3.626.828

11. Receita operacional líquida

Descrição	30/09/2019	31/12/2018
Receita de contribuições (a)	1.565.756	1.932.814
Receita de contribuições (FUNDECOOP) (b)	2.759.679	3.639.852
Total	4.325.435	5.572.666

- (a) Refere-se às contribuições realizadas pelas cooperativas do Estado, por meio do pagamento da GPS e repasse do INSS para o SESCOOP Nacional.
- (b) Refere-se a um complemento de recursos fornecidos pelo SESCOOP Nacional, uma vez que somente as contribuições realizadas pelas cooperativas do Estado não são suficientes para execução de suas atividades.

12. Pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	30/09/2019	31/12/2018
Salários e proventos	(358.369)	(429.657)
Férias	(41.743)	(34.270)
13º salário	(30.501)	(38.802)
Encargos trabalhistas	(135.774)	(164.535)
Indenizações Trabalhistas	(8.632)	-
Benefícios	(137.635)	(178.213)
Total	(712.654)	(845.477)

13. Despesas administrativas

Descrição	30/09/2019	31/12/2018
Despesas com dirigentes e conselheiros	(13.500)	(14.100)
Ocupação e serviços públicos	(33.503)	(30.872)
Despesas de comunicação	(20.504)	(26.648)
Material de consumo	(97.109)	(100.591)
Passagens e locomoções	(223.150)	(256.844)
Diárias e hospedagens	(166.902)	(457.595)
Outras despesas de viagens	(39.916)	(228.207)
Total	(594.584)	(1.114.857)

14. Despesas institucionais

Descrição	30/09/2019	31/12/2018
Locações	(38.760)	(63.797)
Materiais para treinamento	(19.000)	(20.612)
Serviços e divulgações institucionais	(101.196)	(101.597)
Auxílio financeiro a estudante	(4.147)	(9.514)
Auxílios educacionais	(24.101)	(31.810)
Total	(187.204)	(227.330)

15. Despesas com serviços de terceiros

Descrição	30/09/2019	31/12/2018
Consultoria	(3.098)	(15.062)
Serviços técnicos especializados	(1.182.585)	(1.679.287)
Serviços de transporte	(18.624)	-
Manutenção, segurança e limpeza	(43.345)	(49.173)
Demais serviços contratados	(54.945)	(126.128)
Encargos sociais sobre serviços de terceiros	(9.975)	(15.490)
Total	(1.312.572)	(1.885.140)

16. Resultado financeiro líquido

Descrição	30/09/2019	31/12/2018
Receitas financeiras	178.650	180.069
Receitas de aplicações financeiras		
Despesas financeiras	(6.271)	(9.776)
Despesas bancárias		
Resultado financeiro	172.379	52.292

17. Transações com partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da Administração

De acordo com o regimento interno do Sescop Nacional é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.